

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 18/07/2014 - Edição 1082

### Mais um passo contra a discriminação: PL aprovado na Câmara quer proibir exigência de altura mínima na contratação de vigilantes



Embora não exista amparo legal, algumas empresas de segurança privada e contratantes insistem em exigir uma altura mínima para a contratação de vigilantes, mesmo que este não seja um parâmetro para atestar competência. Com a intenção de coibir esta prática o Projeto de Lei (PL) 1.975/1999, aprovado nesta quarta-feira (16) na CCJ da Câmara dos deputados, prevê multa que pode variar entre 6 mil a 30 mil UFIRs (equivalente a pouco mais de R\$ 15 mil até pouco mais de R\$ 76 mil) para aqueles contratantes que insistirem em

adotar este pré-requisito. O PL é de autoria do ex-deputado João Paulo (PT), parceiro dos vigilantes de Osasco (SP).

O relator da matéria, deputado Jefferson Campos (PSD), destacou que a proposta tem como principal objetivo refrear atitudes discriminatórias. “Testes que comprovem aptidão psicológica e social são compreensíveis para o cargo, porém, a altura do indivíduo não mede a sua efetiva capacidade para o trabalho”, defendeu Campos.

Para a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), que

defende o fim de todo tipo de discriminação, este é um passo importante. O presidente da entidade, José Boaventura, comemorou a aprovação e assegurou que lutas desta natureza sempre estarão presentes no cotidiano da CNTV. “A proposta foi apresentada em 1999 e ainda é atual. Os problemas de todo tipo de assédio por parte dos patrões parece não ter limite e independe de data. Estamos muito felizes com este passo e torcemos para que no Senado a matéria seja tratada com o mesmo cuidado que foi na Câmara”, disse.

Secretário geral da CNTV, Cláudio José descreveu o absurdo que é exigir altura mínima para atuar na segurança privada. “Na Portaria que regulamenta a atividade não existe nada sobre isso, nada relacionado à formação. Imagina uma pessoa concluir o curso de formação e depois não conseguir

emprego porque a altura não é suficiente para a empresa. Isso não existe! Se fosse legal já seria exposto nos cursos de formação, e isso não acontece”, explicou. “Não é pela altura que se mede a capacidade de alguém, é pela ação. Altura não define qualidade”, completou.

Neste mesmo sentido, o relator do projeto apresentou, em seu parecer, que a exigência não é condizente com o texto constitucional vigente, que desautoriza qualquer discriminação face à lei.

## Discriminação precisa acabar

Promover a igualdade de oportunidades é um dos desafios da CNTV e de suas entidades filiadas. Constantemente a Confederação levanta debates sobre a inserção das mulheres e minorias, bem como de pessoas com necessidades especiais no setor da segurança privada. A aprovação do PL na Câmara dos Deputados é um importante passo nesta luta.

Para Boaventura, é fundamental que o debate pelo fim da discriminação ganhe espaço nos sindicatos e em todas as esferas da sociedade. “Hoje é possível que portadores de necessidades especiais integrem equipes nos mais diferentes setores, e a segurança privada é um deles. É preciso acabar com o preconceito antes de qualquer coisa, e isso só é possível com debates e esclarecimento”, defendeu.

Entidades filiadas à CNTV já estão trilhando caminhos pelo fim da discriminação e promoção da igualdade de oportunidades. O Sindicato dos Empregados em Transportes de Valores do Rio Grande do Norte (Sindforte/RN), por exemplo, participou de uma reunião do Fórum Pró-Inclusão Social de Deficientes Físicos nas Empresas, promovido pela

Procuradoria Regional do Trabalho.

Lá, o presidente da entidade, Tertuliano Santiago, defendeu mais uma vez a possibilidade de inserir portadores de deficiência em atividades de segurança privada. “Existe, sim, um espaço para portadores de deficiência. Portanto, esta luta já é nossa”, garantiu.

“A discriminação é algo sério e é assim que precisa ser tratada. Não importa se é pela altura, pelo gênero, pela orientação sexual ou por alguma necessidade especial. Vamos ver o que podemos fazer para engrossar ainda mais o coro pela aprovação do PL, que agora vai pro Senado”, concluiu Cláudio.

Fonte: CNTV

# Vigilantes de Caruaru (PE) paralisaram atividades nesta quinta (17)



Os vigilantes da empresa Rima Segurança cruzaram os braços nesta quinta-feira (17) em um protesto de advertência contra as irregularidades e descaso do patrão. Entre as reivindicações dos trabalhadores, estão o atraso frequente dos pagamentos e o não recebimento do vale-alimentação, que já completou nove meses. Com a mobilização, os trabalhadores conseguiram a liberação dos salários no mesmo dia.

Os trabalhadores estão alocados em oito postos de trabalho da Secretaria de Saúde de Pernambuco, uma vez que a referida empresa possui contrato de prestação de serviço com o órgão. Cerca de 1.150 vigilantes da empresa trabalham nos hospitais e casas de saúde dos municípios de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada e Arco Verde.

De acordo com informações do diretor do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco e responsável pela sub-sede em Caruaru, João Rodrigues Florêncio, a empresa está há 17 meses sem recolher as

contribuições do INSS e do FGTS. Para piorar, 90% dos 1.150 vigilantes que trabalham nas unidades de saúde estão com a reciclagem vencida há mais de seis meses.

Há, ainda, outro grande problema. A empresa contratou os 1.150 vigilantes praticamente ao mesmo tempo e o período das férias se aproxima. Como todos farão uso desse direito ainda é dúvida para os trabalhadores.

No último dia 3 o Sindicato protocolou, no Ministério Público do Trabalho da 6ª Região de Pernambuco, um ofício com as denúncias contra a empresa. A Secretaria de Saúde do estado já foi notificada, sendo necessário agora o agendamento da audiência que determinará o prazo para regularização das falhas com os trabalhadores.

O Sindicato, com apoio da CNTV, cobra a normalização imediata de todos os casos denunciados.

Fonte: CNTV

# Luta do SINDSEGUR/RN garante conquista aos vigilantes da Interfort que trabalham na rede bancária



A partir de agora todos os vigilantes da Interfort convidados a trabalhar na agência bancária nos finais de semana terão direito ao pagamento a 100% de hora extra.

Na noite de quarta-feira (16) o SINDSEGUR realizou uma assembleia com os trabalhadores da empresa Interfort e teve como objetivo informar sobre a compensação irregular de horas que prejudica quem trabalha em escala 5x2 nas agências do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal.

Na ocasião, o coordenador geral do SINDSEGUR, Francisco Benedito (Bené), explicou sobre as horas extras,

intra-jornadas e adicionais noturnos devidos aos vigilantes no período de janeiro de 2013 a abril de 2014.

Em seguida, a assembleia aprovou a proposta de quitação da dívida com relação às horas extras, apresentada pelo mediador do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) Claudio Gabriel, que requer o parcelamento em no máximo sete parcelas para valores acima de R\$ 300,00. Abaixo desse valor o pagamento ocorrerá em

parcela única na folha do mês de agosto, que deverá ser paga até o 5º dia útil de setembro de 2014.

“A partir de agora todos os vigilantes da Interfort convidados a trabalhar na agência bancária nos finais de semana terão direito ao pagamento a 100% de hora extra. Isto acaba com a história que esse trabalhador sempre devia hora à empresa”, declarou Bené.

**Fonte: Sindsegur/RN**

Expediente:  
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Pricilla Beine  
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143  
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF